

PRÁTICAS CURRICULARES NO ENSINO FUNDAMENTAL: AVANÇOS E IMPASSES NO FAZER PEDAGÓGICO

Agnélia Braz Rolim¹
Adryelly Braz Rolim²
Aias Correa Mota³
Jamacy José Albuquerque de Souza⁴

RESUMO

O presente trabalho faz uma abordagem sobre as questões relativas às práticas curriculares implantadas nas séries iniciais do Ensino Fundamental, no âmbito escolar em geral, visando a efetivação das ações pedagógicas em sala de aula. Neste estudo, como objetivo geral buscou-se analisar como os professores estão implementando suas práticas curriculares, a partir de suas intencionalidades postas à prática educativa. Uma vez que as práticas curriculares devem nortear as ações pedagógicas envidadas pelos professores em suas ações educativas diárias. Embasados a partir dos estudos teóricos, apresenta-se uma discussão sobre definições atribuídas ao termo currículo e, conseqüentemente, suas influências sobre o processo educativo, buscando, ao longo das discussões, compreender a relação entre prática curricular e sistematização do currículo no atual cenário educacional. A pesquisa fundamenta-se nas abordagens qualitativa e bibliográfica. Deste modo, a pesquisa torna-se relevante para o incentivo de novos estudos em torno do campo conceitual do currículo, voltadas para as práticas curriculares, bem como, para compreender a interação entre as práticas curriculares e ações pedagógicas necessárias e estruturantes da educação cotidiana na escola.

Palavras-chave: Currículo. Docentes. Fazer pedagógico. Práticas curriculares.

INTRODUÇÃO

Com base na necessidade de vinculação entre currículo e práticas pedagógicas, bem como uma maior compreensão dos docentes, a respeito do currículo escolar e sua influência direta na prática educativa, é que o presente estudo busca aprofundar as discussões em torno de práticas curriculares que estão sendo implementadas no âmbito de escolas públicas.

É diante dessa realidade que se estabelece o objeto de estudo desta pesquisa, definido pelas práticas curriculares nas séries iniciais do Ensino Fundamental, já que tal marco

¹ Mestre em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal-PB; Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande, CFP - Cajazeiras PB, Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação de Cajazeiras, Cajazeiras-PB, Brasil. E-mail: agneliabraz@hotmail.com;

Graduada em Farmácia pela Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP; Contato: adriellybr@hotmail.com;

³ Graduada em Farmácia pela Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP; Contato: ia_cz@hotmail.com ;

⁴ Graduação em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Especialista em Filosofia da Educação pela FESC/FAFIC; professor efetivo de Língua Inglesa no ensino Fundamental II, no município de Santa Helena-PB; tutor a distância Inglês Instrumental do curso de Técnico em Segurança do Trabalho, modalidade EAD/IFPB. Contato: jamacyalbuquerque@hotmail.com;

transpassa a necessidade de vinculação política da formação dos sujeitos em meio ao contexto de geração de trabalho e renda e participação qualificada nos processos de organização social.

Nessa perspectiva, as motivações desse estudo deram-se a partir de algumas reflexões sobre os interesses que vem expressas no currículo escolar e suas implicações para com a prática educativa, na qual surgiram alguns questionamentos como: que tipo de aluno/cidadão se pretende formar, partindo de um currículo imposto arbitrariamente ao sistema educacional? Os docentes têm discernimento crítico para reconhecer que a formação dos alunos depende do que ele seleciona, para oferecer-lhes? De que forma os professores definem o currículo na prática diária em sala de aula?

Face a necessidade de compreender como os professores estão envidando suas práticas curriculares em escolas públicas, a questão central instituída desta pesquisa foi: de que modo são implementadas as práticas curriculares nas séries iniciais do Ensino fundamental em escola pública, frente à implantação das ações pedagógicas cotidianas?

Acentua-se que esse debate, a partir do currículo e/ou das práticas curriculares, que os professores desenvolvem ou podem desenvolver melhorias na qualidade do ensino, na prática docente e no aperfeiçoamento das metodologias utilizadas em sala de aula. Para tanto, considera-se que é preciso compreender o currículo dentro do contexto escolar, participando da sua sistematização e execução. Isso porque, o currículo é preponderantemente pensado fora do âmbito escolar e, isso, acaba levando ao reprodutivismo das ações pedagógicas envidadas pelos professores, em meio a necessidade de formar educandos para atuar em sociedade e a ausência de formação continuada que subsidiem a compreensão sobre o campo conceitual do currículo.

Desse modo, objetiva-se analisar como os professores estão implementando suas práticas curriculares, a partir de suas intencionalidades postas à prática educativa. Assim, torna-se relevante na medida em que, se pode compreender até que ponto os processos educativos são e podem ser influenciados pelas concepções curriculares, considerando-se que o currículo é um elemento referencializador da prática educativa, bem como, busca-se, ao longo das discussões, evidenciar os fins educativos com os quais a instituição lida na sociedade contemporânea, articulando-se, às singularidades da comunidade, à luz das práticas curriculares implementadas pelos educadores em suas ações pedagógicas cotidianas.

METODOLOGIA

Como dever central de uma pesquisa, consideramos a importância da metodologia na construção de um trabalho acadêmico, já que “nesta parte descrevem-se os procedimentos a

serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa” (GIL, 2012, p. 162).

O presente trabalho alude a uma metodologia fundada na abordagem qualitativa, sendo que, nesse tipo de pesquisa busca-se compreender as informações com caráter qualitativo.

Logo, “[...] a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão, com a interpretação dos fenômenos, considerando o significado que os outros dão as suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica” (GONÇALVES, 2003, p. 68).

Assim, a abordagem qualitativa trabalha com a interpretação das informações e leva em consideração os significados atribuídos a uma determinada prática, o que possibilita ao pesquisador partir de uma compreensão e reinterpretação do fenômeno estudado.

Tal estudo aporta-se em um levantamento bibliográfico que requer, estudo sobre os aportes teóricos que tratam do tema pesquisado, uma vez que é imprescindível estudar a fundo as referências selecionadas e utilizar o material adequado para a pesquisa.

Com base nesses direcionamentos, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de contribuir, efetivamente, para a construção do ensino e aprendizagem através de ações pedagógicas curriculares.

O CURRÍCULO ESCOLAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO EDUCACIONAL

Os estudos que versam sobre o currículo escolar têm uma tendência marcante, apresentando-se de forma diversa e, por consequência da função da educação, face a uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais presentes em seus vários contextos. Portanto,

[...] a educação escolar, comprometida com a igualdade de acesso ao conhecimento a todos, especialmente empenhado em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso de todos na escola [...] (BRASIL, 2013, p. 107).

Assim, destaca-se que a qualidade da educação, aqui questionada, volta-se para o princípio da formação humana do sujeito, na qual a função seja tornar o conhecimento acessível a todos. Isto porque, garantir o acesso à educação aumentando o número de vagas nas escolas, não significa propiciar uma educação de qualidade.

Acentua-se que o aumento do número de vagas torna-se imprescindível como um dos requisitos essenciais para o início do sucesso escolar, mas não é o único. Para conseguir uma melhoria significativa no processo educativo é necessário bem mais do que isso. É preciso que às políticas públicas invistam em processos educativos voltados para o bem-estar social do indivíduo diante de um currículo que atenda as especificidades dos educandos e que os conteúdos escolares não sejam trabalhados com fins em si próprios.

Para Libâneo, (2002) *apud* Barreiro (2006, p. 30), “novos tempos requerem nova qualidade educativa, implicando mudanças no currículo, na gestão educacional, na avaliação do sistema e na profissionalização dos professores”. Isso se remete a novas estruturas educativas na qual a educação seja colocada em patamares superiores, os cursos de formação continuada precisam estar voltados para as necessidades mais urgentes da formação docente, entre as quais se destacam os avanços tecnológicos que cada vez mais adentram os espaços escolares, as diversas culturas presentes na escola e em particular, compreender que as ações educativas devem estar pedagogicamente concatenadas à realidade dos alunos. Haja vista que:

[...] atender às necessidades dos alunos em consonância com as exigências sociais e educacionais contemporâneas significa prestar atenção a *aspectos cognitivos*, isto é, nos conteúdos que estão sendo ensinados no modo como estão sendo ensinado, na formação de competências de pensamento, na capacidade de aplicação dos conceitos aprendidos na vida prática e nos aspectos operativos, isto é, no desenvolvimento de habilidades e procedimentos, de valores, atitudes e hábitos morais. Isso implica inovações nos currículos, nas práticas metodológicas e nas práticas de organização e gestão nas escolas (LIBÂNEO, 2008, p. 69-70).

Assim, é na busca por um ensino de qualidade que se faz pertinente compreender as práticas curriculares que estão sendo envidadas pelos professores para a implementação das ações pedagógicas no cotidiano escolar. Para tanto, entra em foco o currículo escolar, sobre o qual perpassa múltiplas concepções que requerem uma compreensão aprofundada em torno dos reais interesses. Isso porque, as políticas educativas direcionam os sistemas de ensino para serem normatizados por modelos de ensino uniformes, em que os critérios burocráticos e administrativos têm maior rentabilidade quando comparados com os de natureza pedagógica, prevalecendo assim, um ensino que preferencialmente dá ênfase a transmissão de conhecimentos, para intencionalmente obter resultados em curto prazo em detrimento do aprofundamento das dimensões humanas e sociais que devem/deveriam dá direcionamento ao processo de ensino-aprendizagem. Não obstante, a escola acaba submetendo-se a cumprir

normas prescritas pela administração educativa tornando-se submisso a um processo educativo ditador de regras e procedimentos técnicos (MORGADO, 2010).

É pertinente ressaltar que o processo de ensino- aprendizagem deve partir da ação-reflexão-ação mediante a organização dos conteúdos programáticos, do planejamento e da metodologia utilizada a partir da reestruturação curricular. Nesse sentido, discute-se a polissemia do termo *currículo* como algo que venha subsidiar o processo educativo, diante das inúmeras possibilidades oferecidas na elaboração e execução do currículo escolar.

Discutir sobre currículo e/ou práticas curriculares é uma questão relevante dentro e a partir dos sistemas de ensino, uma vez que, a forma como o currículo está sendo compreendido e adaptado para adentrar as salas de aula contribui para uma educação de qualidade, visto que, o currículo não é um campo neutro, pois sua elaboração interpõe relações de poder. Isto posto, os professores precisam compreender as intenções que estão implícitas em sua construção. Isto requer uma reflexão teórico-crítica sobre o seu caráter polissêmico visto que, a polissemia do termo *currículo* pode ser compreendida a partir das diversas definições que lhe são atribuídas, sendo que cada definição não necessariamente mostra algo novo, mas sim, uma visão diferenciada de quem o conceitua. Uma vez que,

[...] os variados conceitos atribuídos ao termo currículo não descrevem realidades diferentes, apenas informam sobre a interpretação que determinado autor ou escola teórica lhe deu. As ênfases são variadas: o conteúdo, a experiência, as atividades ou a própria organização curricular, mas a realidade descrita não se modifica. É, então, uma questão de perspectiva e não propriamente de polissemia (PEDRA, 1997, p.31).

A dificuldade de compreensão do termo currículo, no que concerne as suas influências quanto ao processo de ensino-aprendizagem, considerando que tal campo não tem uma terminologia fixa e, que, exige maior esforço para entender sua complexidade, intrinsecamente movida por relações de poder, bem como sua influência direta para com a prática educativa.

[...] o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder. O currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 08).

O currículo traz interesses implícitos em sua elaboração, elucidando as relações de poder presentes na sociedade, ou seja, o currículo não é algo para além do universo e nem tampouco para um tempo desconhecido, referenciando a incursão dos artefatos sociais e culturais presentes na sociedade. O currículo implica interesses de um grupo dominante, bem como traz a forma estrutural de uma sociedade movida por relações de poder, na qual a educação é apresentada de forma camuflada como caminho para a ascensão social das camadas sociais periféricas. Nesse sentido, o poder se manifesta através das relações de poder, ou seja, nas relações sociais entre os indivíduos ou grupos nos quais uns estão submetidos aos interesses de outros. Logo, o poder é manifestado através dos diferentes grupos sociais em relação à classe, etnia, gênero e raça, percebe-se que essa divisão constitui tanto o início quanto o resultado das relações de poder presentes na sociedade. Nessa perspectiva,

[...] o currículo, ao expressar essas relações de poder, ao se apresentar, no seu aspecto “oficial” como representação dos interesses de poder, constitui identidades individuais e sociais que ajudam a reforçar as relações de poder existentes, fazendo com que os grupos subjugados continuem subjugados (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 29).

Isso pressupõe reconhecer, que forças fazem com que o currículo seja constituído visando formar indivíduos alienados a um determinado grupo e/ou esfera social? É importante não somente identificar as relações de poder, mas particularmente, o que leva essas relações a serem negligenciadas ao adentrar o contexto escolar? Qual é tido como o meio pelo qual será possível suprimir as desigualdades sociais a partir de um ensino voltado para a melhoria da qualidade social. Ou, ainda que, essa melhoria será possível a partir da compreensão de conteúdos sequenciais para serem transpostos aos alunos. Portanto, o currículo é um:

[...] conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas [compreendidas] pelos alunos dentro de um ciclo – nível educativo ou modalidade de ensino – é a acepção mais clássica e desenvolvida; o currículo como programa de atividades planejadas, devidamente sequencialidades, ordenadas metodologicamente tal como se mostram num manual ou num guia do professor [...] (SACRISTAN, 2000, p. 14).

Nessa ótica, o currículo é considerado como o referencial dos procedimentos teórico-metodológicos docente, elucidando as disciplinas/conteúdos a serem abordados no contexto da sala de aula e que, fundamentalmente, a partir dela devem ser aprendidos pelos alunos em um

determinado período. Com isso, o currículo constitui os interesses de um grupo social, pois se organiza mediante determinados valores, princípios e regras em torno do qual gravitam relações de poder. Então, pensa-se que o currículo representa, de forma camuflada, a ideologia do grupo dominante, em um sistema movido por interesses antagônicos.

Salienta-se que o currículo organizado e distribuído aos espaços educacionais representa em especial as intenções de um sistema organizado para estabelecer regras que deverão ser cumpridas. Percebe-se assim, a reponsabilidade dos professores em preparar um currículo no qual os interesses de uma sociedade a chamada (classe dominada) sejam colocados em primeiro plano antes de traçar metas ou objetivos impostos nos planos de curso ou no Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada instituição de ensino e que deverão ser alcançados a médio ou longo prazo. Concomitante, tem-se a responsabilidade de mover-se entre um currículo que visa manter a divisão de classes e dessa forma fomentar o *status quo*.

Desse modo, “o currículo é aquele conjunto de série ou coisas que as crianças e os jovens devem fazer e experimentar a fim de desenvolver habilidades que os capacitem a decidir assuntos da vida adulta” conforme Pedra (2007, p. 30). Não obstante, a construção do currículo deve centralizar-se em meio aos sistemas de ensino, pois a prática educativa precisa ser analisada dentro dos espaços educacionais, em que de fato desenvolve-se, isso porque, o currículo também pode ser visto como uma construção cultural, a partir da seleção curricular, em que os alunos mantêm contato com os conteúdos relevantes para formação humana.

Falar da função do currículo no contexto escolar requer compreender que objetivos estão por trás de suas teorias, as quais se voltam ao processo educativo com concepções pedagógicas diferentes. Isso porque, o currículo tem como ponto crucial modificar as pessoas que vão segui-lo. Para tanto, são as teorias do currículo que delineiam o tipo de conhecimento considerado relevante a partir de descrições sobre o tipo de indivíduo que consideram ideais, sendo que, para cada tipo de sujeito/sociedade corresponderá um tipo de currículo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas curriculares implementadas pelos professores para a formação dos indivíduos no atual contexto econômico, político e social. É pertinente direcionar uma reflexão mais profunda para o modo como estão sendo implementadas às práticas curriculares no cotidiano de escolas públicas, a partir das ações pedagógicas. Para tanto, é crucial considerar a função dos professores como os principais mediadores do conhecimento em sala de aula. Logo, alguns olhares são relevantes sobre a problemática de como os professores vivenciam o

currículo escolar, buscando ajustar os conteúdos às necessidades dos educandos, como: De que forma os professores desenvolvem as práticas curriculares no contexto da sala de aula? Os professores conhecem as reais intenções implícitas no currículo escolar? Os professores selecionam os conteúdos a serem ensinados e quais procedimentos metodológicos são utilizados nessa prática? Pois se faz vital demarcar,

[...] o conhecimento [também acerca de currículo] aberto e encoberto que se encontra nas situações escolares e os princípios de seleção, organização, e avaliação destes conhecimentos são uma seleção, regida pelo valor, de um universo muito mais amplo de conhecimentos e princípios de seleção possíveis (SACRISTÁN 2000, p. 16-17).

Mediante a seleção curricular dos conteúdos a serem oferecidos aos alunos o professor ultrapassa o limite de “mero” transmissor do conhecimento e coloca-se em meio ao processo de reconstrução dos saberes socialmente construídos. Logo, o trabalho docente exige uma reflexão crítica constante buscando-se moldar os conteúdos conforme as necessidades dos alunos e que contribua significativamente com a formação para exercer a cidadania.

Parte-se do pressuposto de que os professores ultrapassam os limites impostos pelo currículo formal com o intuito de conhecer novas possibilidades de aprendizagem para melhor desempenhar a sua função em sala de aula. Assim, os atores escolares aprimoram constantemente o conhecimento, adquirindo novos saberes que possam servir de subsídios para o desenvolvimento de valores humanos e sociais. Nessa lógica, o currículo transforma-se de certa forma em uma prática pedagógica, mas precisam-se considerar os inúmeros fatores intrínsecos a execução/transformação do currículo escolar. Por isso, os professores devem compreender que sua elaboração e execução dão-se de modo diferenciado.

[...] o currículo escolar deve ser pensado, refletido e compreendido como práxis pedagógica. A sua concretização se realiza no fazer pedagógico, o qual deve ser pautado nos princípios estabelecidos no PPP, pois este envolve toda a comunidade escolar: professores, alunos, pais e funcionários que direta ou indiretamente estão envolvidos no processo pedagógico (LIMA; ZANLORENZI; PINHEIRO, 2011, p. 26).

Ainda, ratificando, o currículo é elaborado visando atender um determinado grupo social, contudo não necessariamente, deve ser posto em prática seguindo os princípios de quem os idealizou. Com isso, é importante levar em consideração as novas exigências educacionais em um mundo cada vez mais globalizado. Ao encontro disso enfatiza-se,

[...] nos processos de *mediação e catálise crítica*, os professores apresentam um movimento de ultrapassagem das fronteiras disciplinares, buscando vivenciar novas possibilidades e vislumbrar novos territórios de integração do conhecimento e de saberes, aliados à formação de valores ético-sociais (HAGEMEYER, 2011, p. 241- *itálico do autor*).

Para romper com o paradigma do neoliberalismo, precisa-se não somente desenvolver o senso crítico, mas em particular reconhecer qual a função social da escola, quando se quer contribuir de fato para uma formação para a cidadania. É preciso não apenas fazer à revisão crítica das concepções existentes, em especial o paradigma neoliberal que associa a função da escola às exigências mercadológicas, isto é formar para o mercado de trabalho.

Ressalta-se que a maior parte das reformas educacionais visa atender às exigências do paradigma neoliberal, quando poderiam contribuir para a elaboração de um conceito de qualidade que seja visto como caminho para a implementação das práticas curriculares no Ensino Fundamental. Isto porque,

[...] viver na escola, sob o manto da igualdade de oportunidades e da ideologia da competitividade e meritocracia, experiências de diferenciação, discriminação e classificação, como consequência do diferente grau de dificuldade que tem para cada grupo social o acesso à cultura acadêmica, é a forma mais eficaz de socializar as novas gerações na desigualdade (GÓMES, 1998, p. 21).

O que prevalece atualmente é a imagem de uma sociedade legitimada pelas relações de poder, que de forma dissimulada impõe uma política da igualdade de oportunidade, com sentido de reprodução social. Quando se abre a escola para camada massificada da sociedade, mas não há uma preocupação com a qualidade da educação, fomentando-se no princípio de igualdade para todos. Como conceber igualdade de oportunidades numa sociedade legitimada pelo princípio da ideologia dominante, na qual prevalece a lógica da rentabilidade econômica e, ao mesmo tempo, a escola em sua função de socializadora dos conhecimentos acabando sendo o principal mecanismo de manutenção das desigualdades sociais.

Assim, por permanecer ligada a conceitos que reforça um ensino tradicional e conservador de educação a qualidade passa a ser medida a partir da quantidade de conhecimentos oferecidos/adquiridos e não pela qualidade do ensino que está sendo mediado em sala de aula, resumindo a função da escola a seu patamar mais simplista de levar os alunos a apropriarem-se dos conhecimentos curriculares (PARO, 2007).

Não obstante, a construção do currículo escolar precisa centrar-se em meio aos sistemas de ensino, uma vez que as ações educativas devem ser analisadas dentro dos locais onde se efetiva. Assim, é relevante enfatizar que, a qualidade da educação que está sendo propiciada aos educandos depende, em parte, das práticas curriculares desenvolvidas pelos professores para a efetivação das ações pedagógicas. Para tanto,

[...] a educação deve ser concebida como um processo dialético, crítico e reflexivo, que promova o contínuo desenvolvimento de todos que fazem parte do contexto escolar. [...] pensar na elaboração de um currículo não é simplesmente selecionar conteúdos a serem trabalhados como se fossem peças de diferentes quebra-cabeças e acreditar que se pode montar algo coerente no final da brincadeira. Elaborar um currículo é muito mais que isso. É compreender a organização escolar como um instrumento que deve auxiliar na estruturação social e cultural (LIMA; ZANLORENZI; PINEIRO, 2011, p. 99-100).

Corroborando com as autoras, o processo de ensino-aprendizagem deve partir da ação-reflexão em sala de aula e, considerar a escola como parte da sociedade e não algo que fica aquém dela. Pensar na reestruturação curricular não é simplesmente selecionar conteúdos a serem ensinados, é pensar no desenvolvimento de todos que direto e indiretamente estão envolvidos no processo educativo. Haja vista que, a construção do currículo não é vista de uma forma simplista de seleção e transposição dos conteúdos, considerando que:

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma *tradição seletiva*, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo (APPLE, 1995, p. 590).

Nesse sentido, o currículo não pode ser concebido como um artefato cultural desinteressado dos conhecimentos socialmente construídos. O currículo traz seus interesses, intensões, visões de determinados grupos sociais, e por isso a sua concretização no espaço escolar requer que se compreenda os fatores intrínsecos a sua elaboração. Visto que suas intenções estão para além da simples transposição de conteúdos, mas na forma como se seleciona os conhecimentos, nos valores que o condicionam, nos interesses que estão implícitos em sua construção seletiva de conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados obtidos, pode-se dizer que as discussões teóricas em torno do currículo escolar, bem como das práticas curriculares tornam-se relevantes na medida em que possibilita compreender as concepções dos professores relativo as práticas curriculares para o enquadramento das ações pedagógicas no âmbito das escolas públicas, considerando que tal direcionamento pode apontar caminhos para o melhoramento da ressignificação curricular e da prática docente, em se compreendendo o currículo escolar para além de procedimentos teórico-metodológicos ou de uma lista de conteúdos programáticos a serem empregados.

Neste contexto, buscou-se analisar o modo como se implementa as práticas curriculares no cotidiano escolar, constatando-se que as práticas curriculares estão substancialmente atreladas a Programas e Projetos institucionais, que em pouco condiz com às inerências sociais do contexto educativo, fazendo-se portanto, necessário que os professores estejam cada vez mais engajados nas práticas pedagógicas, com as quais se trabalha na sala de aula, não ficando à espera de deliberações superiores para cumprir com a sua função de formar cidadãos críticos, participativos, ativos e, fundamentalmente estejam em busca de formações continuadas que possam auxiliá-los na implementação das ações pedagógicas.

As práticas curriculares implementadas pelos professores concentram-se mais em cumprir com exigências superiores do que atender as necessidades da comunidade escolar, ficando aquém das ações educativas necessárias ao empoderamento do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que são as práticas curriculares que materializam o currículo no fazer docente. Porém, se o currículo é compreendido como um orientador de procedimentos técnicos, sequência de conteúdos, não se pode implementar ações pedagógicas singulares à comunidade escolar. Isto porque, implementar práticas curriculares não fundamentadas em um projeto educativo é estar à mercê de interesses externos à escola, uma vez que exercer a ação docente simplesmente para atender interesses alheios às necessidades da comunidade escolar é contribuir para manter, ainda que de forma camuflada, as desigualdades econômicas, políticas e sociais presentes na sociedade atual.

Desse modo, é possível perceber que os professores, enquanto agentes construtores de currículo, encontram-se ainda atrelados, no geral, a reproduzir nos sistemas de ensino o que lhes é imposto. Mas, isto, não significa necessariamente que os professores não tenham conhecimento dos interesses e forças que regem o processo educativo, contudo, não possuem autonomia o suficiente para implementar ações pedagógicas intrínsecas às suas concepções, tanto individuais, quanto as empreendidas no coletivo docente.

Portanto, considera-se a necessidade de ampliação deste estudo diante da complexidade da temática abordada e a não abrangência de todas as informações circunscritas nesta produção.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade** – 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995, pp. 59-91.

BARREIRO, I. M. F. GEBRAN, R. A. **Práticas de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**, São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação, Brasília, MEC, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

HAGEMEYER, R. C. C. Currículo e Mudança: práticas mediadoras como catálise, ultrapassagens e referências para a formação docente na contemporaneidade. **Rev. Currículo sem fronteiras UFP** 2011; v.11, n.1, p. 232-251. Disponível em: <http://132.248.9.34/hevila/CurriculosemFronteiras/2011/vol11/no1/16.pdf> Acesso em: 28 ago. 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5ª.ed. - Goiânia: mf livros, 2008.

LIMA, M. F. ZANLORENZI, C. M. P. PINHEIRO, L. R. **A função do currículo no contexto escolar** – 1ª ed. Curitiba, Ibpex, 2011.

MOREIRA, A. F. B. SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomas Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade** – 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 7-37.

MORGADO, J. C. Para um outro arquétipo de escola: a necessidade de mudar as políticas e as práticas curriculares **Educação em Revista**. 2010 ago.; v. 26, n. 02, p. 15-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n2/a02v26n2.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

PARO, V. H. **Gestão, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PEDRA, J. A. **Currículo, conhecimento e suas representações**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática** – 3ª ed. Porto Alegre: Artemed, 2000.